PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES PARA A PAZ NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Anna Paula Bagetti Zeifert¹; Fernando Rieger²; Gabriel Maçalai³

A Guerra, como “fenômeno da humanidade”, está presente desde os tempos mais remotos. O ato de agir com violência contra outrem, por vezes, perpassa ideais pragmáticos de sobrevivência de uma sociedade e se legitima por meio de objetivos individuais ou de agremiações específicas. Por sua vez, este ato de violência assume caráter metamórfico com o tempo e seu contexto leva a novas interpretações da Guerra no âmbito global.

O fenômeno da Guerra, portanto, se constitui através do tempo. Diversos filósofos abordaram o tema devido ao fato dos conflitos serem praticamente inerentes à sociedade, dada a configuração política vigente. O fato é que, as beligerâncias são parte da estrutura dos povos, pois muitos se consolidaram por meio de guerras, disputas e, inclusive, medo e desconfiança.

Desde Tucídides (471 a.C – 400 a.C), que escreveu “A Guerra do Peloponeso”, à Carl Von Clausewitz (1780 – 1831), autor de “Vom Kriege”, a evolução nos conceitos de guerra corresponde diretamente às políticas paralelas aos conflitos. Clausewitz foi preciso ao dizer que “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Na antiguidade percebe-se – com as devidas ressalvas não-comparativas ao período moderno – parte do conceito de Estado aplicado a pequenas cidades. Na Idade Média, o vislumbre sobre os conflitos estava umbilicalmente ligado as questões religiosas. A partir da consolidação do Estado Nação, os fundamentos –povo, território e governo

¹ Doutoranda em Ética e Filosofia Política pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ/RS). E-mail: annazeifert@yahoo.com.br

² Mestrando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ/RS); Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: fernandorieger@hotmail.com

³ Bacharel em Teologia pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (CESUMAR), Licenciado em Filosofia pela Faculdade Entre Rios do Piauí (FAERPI) e bacharelado em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: gabrielmacalai@live.com

– passam a ser condição *sine quo non* para a sobrevivência dos Estados e, por consequência, tema central da sociedade internacional moderna.

Por sua vez, os conflitos contemporâneos não podem ser analisados unicamente pelas ações beligerantes entre Estados. Mesmo que a configuração de poder esteja, ainda, sob órbita estatal, há novos atores que podem influenciar e transformar a violência em algo comercial. A ação política, neste sentido, pode ingerir em diversos setores da sociedade civil e garantir não só lucros privados, mas o fomento de concepções anacrônicas aos avanços na área do Direito e das Relações Internacionais, que buscam meios para adoção de normas juridicamente vinculantes com o objetivo de tornar a paz “objetivo comum” entre Estados.

A partir do crescimento exponencial das Novas Tecnologias (NTs) e dos conteúdos de mídia, a informação chega de forma rápida e sem barreiras. Os conflitos internacionais, por sua vez, acompanham este crescimento à medida que são expostos à sociedade internacional. Por outro lado, se as guerras também envolvem objetivos particulares de Estados e corporações, a informação também pode estar associada à lobbys e articulações midiáticas negativas, o que pode causar desgaste na legitimidade dos veículos de mídia ou, por outro lado, a falsa compreensão da sociedade diante dos acontecimentos.

No contexto atual, portanto, seria uma atitude temerária analisar os conflitos mundiais sem que sejam abordados os possíveis interesses que explicam intervenções militares e tensões internacionais. Parte dos conflitos existentes, hoje, são oriundos de descalabros políticos dos anos 90, habitam a seara dos interesses geopolíticos estatais ou estão umbilicalmente ligados a questões culturais. Este último é claramente observado a partir da Convenção de Viena (1993), que tinha por objetivo transportar o pensamento jurídico-filosófico dos direitos humanos para o direito positivo nas constituições nacionais. Os arranjos e as normas estabelecidas mostraram que a confluência de ideias pautadas em uma moral comum seria motivo de conflitos futuros, além de reativar parte da desconfiança mundial para uma hegemonia ditatória no pós-Guerra Fria.

Neste sentido, as abordagens teóricas apontavam para incertezas no campo das Relações Internacionais. Samuel Huntington (1997), neste sentido, foi preciso ao

relacionar os futuros conflitos na arena internacional baseados em questões puramente culturais. Conflitos econômicos e ideológicos deram espaço a agendas culturais que cada vez mais estavam envolvidas com o rápido processo de globalização.

As agendas culturais sofreram, sobretudo, com políticas hierárquicas e universais, ao passo que algumas foram, inclusive, securitizadas. Um exemplo de securitização é o caso do Islã, cuja responsabilidade por atos de extremismo foi posta a todo um grupo religioso, que possui diversas doutrinas e ramificações que não devem ser generalizadas. A islamofobia, neste sentido, corresponde à padronização (ou polarização) de parte da população em torno de uma agenda segregadora e vexatória, que fomentou e justificou, em partes, as ações estadunidenses e da OTAN no início do século XXI.

No que tange a justificação dos conflitos, há um debate precisamente voltado para estudar em quais circunstâncias há guerras justas ou injustas. Thomas Moore (1478 – 1535), em “A Utopia”, relacionava estes dois conceitos a partir da ação agressora. Para Moore, o agressor sempre estaria do lado injusto e, por consequência, o lado agredido seria o lado justo da guerra – em relação à sociedade fictícia criada em sua obra. Anacrônico ou não, este pensamento nos ajuda a reavaliar sob que argumentos, na pós-modernidade, um Estado ou grupo específico pode legitimar seus ataques.

A concepção de guerra justa não é algo recente, nem produto da civilização moderna. Seus fundamentos remontam as civilizações mais primitivas, tribos selvagens, que já analisavam e buscavam compreender as relações entre tribos diversas e o conflito de interesses que motivavam possíveis embates. Esta forma de guerra, motivada pela vingança ou interesses tribais, constituiu-se numa forma originária de sanção ou reação socialmente organizada pelos membros de determinada comunidade contra outras. Neste sentido, o conceito de *bellum justum* aparece em destaque, ainda, no Direito Interestatal dos antigos gregos, que entendiam que somente era possível uma guerra em que os atos praticados fossem legítimos e justificáveis, sem que se desconsidere que essas regras na muitas das vezes eram apenas de caráter formal. (KELSEN, 1996).

A doutrina da guerra justa foi incorporada pelo Direito Natural nos séculos XVI, XVII e XVIII, tendo como um de seus expoentes o jurista Hugo Grocio, para quem, segundo Kelsen (1996, p. 67), “toda a guerra, para ser legítima, deve tener justa causa, y que, em ultima instancia, esta justa causa solo puede consistir em el hecho de haber suprido umentuerto.” Mas, como é possível saber se as causas de uma guerra são efetivamente justas?

Para autores como Michel Walzer (2003, p. 34) “a realidade da guerra é dividida em duas partes. [...] “primeiro, como referência aos motivos que os Estados têm para lutar; segundo, com referência aos meios que adotam”. O referido autor coloca que esses tipos de julgamentos podem ser de ordem adjetiva quando “dizemos que a guerra é justa ou injusta”, ou de origem adverbial, quando [...] “a guerra é travada de modo justo ou injusto.” É nesse caso que aparece a distinção entre “*Jus ad Bellum*, a justiça do guerrear, e o *Jus in Bello*, a justiça no guerrear. Essas distinções gramaticais indicam questões profundas.” Ou seja, requer que façamos uma análise pormenorizada dos conceitos de agressão e autodefesa (*Jus ad Bellum*), e “sobre o cumprimento ou violação das normas costumeiras e positivas de combate [*Jus in Bello*].”

Mesmo com todas as críticas impostas ao conceito de *guerra justa* na atualidade e seus limites argumentativos na consolidação da paz, pensar um cenário futuro possível para a sociedade internacional na contemporaneidade se faz urgente, mesmo que esse se mostre um tanto utópico. O filósofo político John Rawls (2002), mesmo ciente das dificuldades que iria enfrentar, mas motivados pela tentativa de superação dos grandes males que castigam a humanidade, dentre eles “[...] a opressão, a perseguição religiosa e a negação da liberdade de consciência, a fome e a pobreza, [...] o genocídio e o assassinato em massa,” percebe a importância de se pensar uma nova sociedade dos povos na esfera mundial e propõem a partir do que ele denomina de utopia realista, a adoção de certos princípios no *Direito dos Povos*, com o intuito de promover a igualdade entre as sociedades democráticas liberais, as associações e federações que fazem parte do cenário internacional.

Esclarece Rawls (2002), que em nenhum momento deseja a criação de um governo mundial, o que ele chamaria de governo despótico. Sua busca é pela consolidação de princípios de justiça entre “[...] povos livres e democráticos.” É a partir da concepção de tais sociedades que ele passará a discutir a questão da tolerância, dos Direitos Humanos e da *Guerra Justa*. Assim sendo, os direitos humanos desempenham um papel fundamental na sociedade dos povos razoavelmente justa à medida que o seu cumprimento é condição necessária de decência das instituições políticas e da sua ordem política e, condição justificada para excluir a intervenção justificada de outros povos estabelecendo um limite para o pluralismo entre os povos. Por tanto, “se um pluralismo razoável de doutrinas abrangentes é característica básica de uma democracia constitucional com instituições livres,” é provável que em uma sociedade dos povos haja “uma diversidade ainda maior de doutrinas abrangentes afirmadas entre os membros [...] com suas várias culturas e tradições.”

Em se tratando do direito de guerra, Rawls argumenta que “nenhum Estado tem o direito à guerra na busca de interesses *racionais*, em contraste com interesses *razoáveis*.” Assim, Rawls restringe a conduta de guerra a seis princípios quais sejam: 1) o objetivo da guerra justa deve ser a paz justa e duradoura; 2) os povos bem-ordenados não guerreiam entre si, mas só contra Estados não-ordenados; 3) na guerra devem ser distinguidos três grupos: os líderes e funcionários do Estado fora da lei; os soldados combatentes; e a população; 4) povos bem-ordenados devem respeitar os direitos humanos dos civis e soldados dos Estados fora da lei; 5) povos bem-ordenados devem prever durante a guerra o tipo de paz e relações que buscam; 6) respeito aos limites, fronteiras e planos estabelecidos durante a guerra beligerantes.

A exceção a tais princípios só seria possível, conforme prevê Rawls, no caso de *isenção de emergência suprema*, o que possibilitaria atingir alvos civis em certas circunstâncias em caso de um ataque. Mas quanto a isso não existe um consenso e haverá sempre divergências sobre as razões e as necessidades de tal ofensiva. Se é que essas já não necessitariam ser apontadas e explicitadas antes de tal situação acontecer. Talvez aí resida um dos grandes diferenciais da conduta de guerra.

O que talvez impeça as devidas avaliações das condutas de guerra, ou ainda, as razões que motivam a guerra, sejam doutrinas morais (religiosas, filosóficas...), que serve como álibi para a sua justificação. Na atualidade observa-se que muitos dos motivos que levam a ocorrência de conflitos e violações de direitos humanos estão ligados a doutrinas morais religiosas. Quando os ideais religiosos se misturam com políticos, com o poder e o fundamentalismo, surgem as guerras, nos casos mais extremos. É o caso dos conflitos históricos e atuais entre Palestina e Israel.

A religião está presente em todos os seres humanos de alguma forma, mesmo que seja em sua negação. No entanto, ela tem o seu local determinado, na vida privada de cada um, garantindo assim, a aplicabilidade da liberdade religiosa. Por outro lado, as decisões de uma nação não podem ser fundamentadas em ordens religiosas, sob pena de colocarem em risco a laicidade e a democracia, bem como, em casos extremos, mas não raros em nossos dias, tornarem possível uma guerra religiosa.

As interferências da religião no Estado não são muito diferentes do fundamentalismo. Quiçá, este seja a base daquela. Logo, as relações entre ideologias (políticas, filosóficas, religiosas, dentre outras), têm uma proximidade muito grande com a religião, visto que, sua etimologia remonta a palavra idolatria, que é uma prática cultiva.

O fundamentalismo é, nesse sentido, toda interpretação ou dogma tomado como verdadeiro, inquestionável, inerrante e correto, o que faz com que todos os demais se tornem falsos, questionáveis, errados e incertos. Tão logo, não pode haver diálogo entre as os diferentes grupos. O que, justifica as decisões religiosas, radicais e preconceituosas que grupos extremistas tomam (WENZEL, ROSSI e WITTER, 2011).

No entanto, a prática religiosa muitas vezes ultrapassa seus limites, de duas formas distintas, mas que permanecem sempre juntas: primeiro, se cria o fundamentalismo, e por segundo, a religião passa a influenciar a vida pública, de modo que, uma religião tenta ser imposta ou deposta por algum determinado grupo, muitas vezes através do Estado.

A liberdade religiosa surgiu após a reforma protestante, mais especificamente, após a Paz de Vestefália, que colocou fim a Guerra dos 30 anos, uma guerra religiosa clássica. Até tal evento, a religião de um determinado governante fazia com que todo o seu povo seguisse tal religião. A partir de então, a religião cada vez mais passa a ter um caráter pessoal (BOSCH, 2003). Mais que isso, Alves (1984) aponta que cada vez mais a religião passa a ser deixada de lado pelos seres humanos, no entanto a ausência da prática não retira a sua existência e nem anula a sua presença em elementos já secularizados.

Apesar da evidente dificuldade em estabelecer normas universais, as instituições criadas a partir do pensamento idealista de Woodrow Wilson, como a Liga das Nações e, posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU), mostram, pois, uma maturidade no pensamento que, se outrora era incipiente, pelo menos na atualidade há demonstrado meios aversos ao *modus operandi* da guerra e do conflito armado. Apesar de, ainda, existirem resistências – sejam elas políticas, econômicas, sociais, etc -, que “obrigam” os levantes militares, parte da sociedade mantém viva a ideia kantiana de paz perpétua, mesmo em tempos de sociedade líquida. Essa resistência, por si mesma, ajuda a manter o que restam das nossas utopias, de um mundo que conspire para a paz ainda que ela pareça inatingível.

Referências

ALVES, Rubem Azevedo. *O que é Religião*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.

BOSCH, David J. *Missão Transformadora: Mudanças de paradigma na teologia da missão*. Tradução de Geraldo Korndörfer e Luís Marcos Sander. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. 3. ed. Martins Fontes. São Paulo, 2010.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2004 (Textos Filosóficos).

KELSEN, Hans. *Derecho y paz en la relaciones internacionales*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

MORUS, Thomas. A Utopia. In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

RAWLS, John. *O Direito dos povos*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WALZER, Michael. *Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos*. Tradução de Waldéia Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WENZEL, João Inácio; ROSSI, Roberto; WITTER, Teobaldo. *Fundamentalismos: relações entre religião, política e Direitos Humanos*. São Leopoldo: CEBI.